

COMISSÃO DE SAÚDE

Requerimento Nº _____ 2026

(Do Sr. JORGE SOLLA)

Requer a realização de audiência pública sobre os preços dos medicamentos utilizados para prevenção, tratamento e controle de doenças e agravos de perfil endêmico, com importância epidemiológica, impacto socioeconômico ou que acometem populações vulnerabilizadas, contemplados em programas estratégicos de saúde do SUS, considerando o alto custo desses medicamentos no Brasil em comparação com os preços praticados em outros países, o que compromete a sustentabilidade do SUS e o acesso universal aos tratamentos.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, para debater os altos preços dos medicamentos estratégicos adquiridos pelo SUS.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Marina Pauledli - Coordenadora do programa de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores (IDEC);
2. Susana van der Ploeg - Coordenadora da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA)/ Coordenação do Grupo de Trabalho Sobre Propriedade Intelectual (GTPI);
3. Pedro Villardi – Coordenador regional de Saúde da Internacional de Serviços Públicos (ISP);
4. Ministério da Saúde – Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde (SECTICS/MS), responsável pela incorporação de tecnologias e políticas de assistência farmacêutica;



5. Secretaria-executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED);
6. Silvia Santos - Diretora da Farmanguinhos/Fiocruz;
7. Conselho Nacional de Saúde – representante e
8. Renato Porto – Presidente-executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma.

JUSTIFICATIVA

A assistência farmacêutica é um dos pilares fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando que o direito constitucional à saúde se concretize por meio do acesso a medicamentos. No entanto, os elevados preços praticados no Brasil para medicamentos estratégicos representam uma barreira crescente à universalidade, integralidade e sustentabilidade do SUS, impactando diretamente tanto o orçamento público quanto a vida das populações mais vulnerabilizadas.

O Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica (CESAF) é responsável pela provisão de medicamentos essenciais para a prevenção, diagnóstico, tratamento e controle de doenças de perfil endêmico, de importância epidemiológica, com impacto socioeconômico ou que acometem populações em situação de vulnerabilidade. O acesso a esses medicamentos é um direito humano e um elemento imprescindível para a efetividade das políticas públicas de saúde.

Antes da incorporação de novos medicamentos ao SUS, o preço máximo é definido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Entretanto, a metodologia utilizada pela CMED, que se baseia na comparação com países de alta renda, acaba resultando em valores elevados, descolados da realidade brasileira. Essa prática fragiliza a sustentabilidade do SUS, que, em 20 anos, viu o orçamento destinado à assistência farmacêutica e insumos estratégicos aumentar em 1.346%, saltando de R\$ 1,4 bilhão em 2004 para R\$ 21,9 bilhões em 2024.

O fardo econômico imposto pelos preços dos medicamentos é igualmente visível no âmbito familiar: segundo o Banco Mundial, mais de 10 milhões de brasileiros caem na pobreza a cada ano devido a gastos com saúde, sendo os medicamentos responsáveis por 84% das despesas de saúde realizadas do próprio bolso pelas famílias mais pobres.



O caso recente do dolutegravir (DTG), antirretroviral mais utilizado atualmente no Brasil, ilustra o problema de maneira contundente. Estudo em publicação pela Ciência & Saúde Coletiva mostrou que, entre 2017 e 2023, os preços pagos pelo Brasil foram muito superiores aos valores de referência internacional: em 2023, o preço de genéricos internacionais era quase 12 vezes menor do que o praticado no país. Apesar da entrada de versões genéricas nacionais, barreiras patentárias limitaram a concorrência, restringindo aquisições junto a laboratórios públicos como o Lafepe. O exemplo do DTG reforça a necessidade de monitorar preços, superar barreiras de propriedade intelectual, fortalecer a produção local e assegurar negociações mais justas para preservar a sustentabilidade das políticas de acesso universal a medicamentos.

Diante desse cenário, torna-se urgente debater, em audiência pública, os preços dos medicamentos estratégicos, seus impactos orçamentários e sociais, e os mecanismos regulatórios utilizados para defini-los. É fundamental que o Parlamento, o Executivo, especialistas e a sociedade civil discutam alternativas que garantam o acesso equitativo, a integralidade do atendimento no SUS e a eficiência no uso dos recursos públicos.

Sala da Comissão,

março de 2026.

Deputado JORGE SOLLA

